

MAIS RECADOS AOS SUBDESENVOLVIDOS

Leonardo Guimarães Neto *

Hélio A. de Moura **

“As fábulas e as fantasias dos banqueiros só diferem dos devaneios do homem comum porque têm conseqüências e, por isso, são perigosas.”

L. G. Belluzzo ***

Discutir propostas do Banco Mundial e do FMI significa debater medidas que, se já não foram adotadas, têm, atualmente no País, uma grande probabilidade de serem encampadas pelas autoridades brasileiras. Daí a oportunidade e a necessidade de exame e reflexão sobre o recente relatório do Banco Mundial, que se concentra, no presente ano, na questão populacional e na situação econômica dos países industrializados e subdesenvolvidos.

O *Informe sobre o Desenvolvimento Mundial-1984*¹ é um documento de análise mas é principalmente um texto de propostas. Tem recados bem explícitos sobre, pelo menos, três temas: (i) crescimento populacional; (ii) crescimento econômico e ajustamento das economias à crise; e (iii) a questão do endividamento externo dos países subdesenvolvidos. Importa, pois, mesmo sumariamente, discutir as justificativas, pressupostos e implicações das suas propostas.

A QUESTÃO POPULACIONAL

A principal conclusão do “Informe” acerca da questão demográfica é a de que o progresso econômico e social ajuda a frear o crescimento da população e, por outro lado, que o rápido crescimento demográfico impede o desenvolvimento econômico. Daí, segundo o “Informe”, ser imperativo que as nações atuem simultaneamente em ambas as frentes no sentido de atingir a dupla meta de aumentar o bem-estar das respectivas populações e reduzir-lhes a fecundidade. Para isto, preconizam-se, de um lado, ações de efeitos menos imediatos no sentido de “modernizar” a sociedade, visando precipuamente à redução ou à intensifi-

* Economista da Fundação Joaquim Nabuco

** Diretor da Divisão de Estudos Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco.

*** BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Os formigões”, *Revista Senhor*, nº 189, 31.10.84, Editora Três, São Paulo, pág. 39.

cação na queda da fecundidade. Chega-se mesmo a indicar, como mais eficazes e prioritárias, medidas no sentido de reduzir a mortalidade, de melhorar os níveis educacionais (sobretudo de mulheres e meninas) e de ampliar as oportunidades sócio-econômicas das mulheres. De outro, sugere-se atuação mais direta sobre a variável fecundidade, através de medidas cujos resultados sejam mais imediatos. Para isto, insta-se aos governos que oficializem política demográfica que objetive proporcionar informações e serviços de planejamento familiar no sentido de frear a fecundidade. O Banco estima que se o conjunto dos países em desenvolvimento tiver aumentado em 50% os seus gastos públicos correntes em programas de planejamento familiar, serão satisfeitas as necessidades de uns 65 milhões de casais. Situa que, apesar de ambiciosa, não seria esta uma meta muito dispendiosa, uma vez que, mesmo equivalendo a quadruplicar a ajuda externa aos programas de população, não iria requerer mais de 2.000 milhões de dólares adicionais, ou seja, o equivalente a apenas uns 5% de todos os programas de assistência prestada a tais países em 1982. Encontra-se aqui um importante recado do "Informe": o baixo custo relativo desses programas de controle da natalidade, pelo menos sob a ótica do Banco.

Quanto ao primeiro conjunto de medidas propostas, ninguém de bom senso poderia se opor, de um ponto de vista ético, a ações tendentes a "avançar" na melhoria das condições sócio-econômicas de qualquer população. Representam objetivos de política social *tout court*. Entretanto, de um ponto de vista técnico, são bastante limitadas. Não deixa de ser preocupante que se chegue a universalizar recomendações sobre medidas aplicáveis indistintamente a este ou aquele país, a partir de observações "médias" entre países, não se levando em conta especificidades culturais, sócio-econômicas, nem mesmo a organização social de cada um deles. Ademais, o próprio enfoque da "modernização", derivado da teoria da transição demográfica e que fundamenta as conclusões e recomendações contidas no relatório, não satisfaz inteiramente como fundamento interpretativo, por exemplo, da queda que vem ocorrendo na fecundidade brasileira. Como se sabe, essa teoria postula que mudanças de normas e valores redundam em esforços para controlar a prole e, portanto, a fecundidade; tais mudanças, por sua vez, seriam provocadas pelo processo de modernização: industrialização, urbanização e diferenciações no processo de produção e consumo.

Ora, no caso brasileiro, como bem acentuam Martine e Camargo,² a fecundidade começou a declinar na segunda metade dos anos sessenta, expressiva e particularmente em alguns Estados mais desenvolvidos do País. Contudo, foi na década passada (1970/1980) que se acelerou esse declínio, o qual passou a se verificar em todas as Regiões do Brasil, até mesmo nos quadros rurais do Nordeste.³ No entanto, para os referidos autores, a magnitude e a rapidez do decréscimo, assim como sua extensão a todas as áreas e quadros domiciliares, sugerem a insuficiência daquele argumento. Mesmo considerando o elevado crescimento econômico do País nas últimas décadas, cabe mencionar a persistência e até mesmo o agravamento, em alguns casos, das profundas desigualdades que pontuam o quadro sócio-econômico do País. Note-se, por exemplo, o caso do Nordeste, onde mesmo abstraindo o que se poderia denominar de "inflacionamento" do conceito de renda adotado no Censo de 1980 em relação ao de 1970, ainda assim

revelaram-se maior concentração de renda ao final do período e nítido empobrecimento de substancial parcela dos integrantes da força de trabalho. Martine e Camargo ⁴ chamam a atenção para o fato de que nas regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste, a queda da fecundidade foi tão substancial em relação ao nível já alcançado anteriormente que, certamente, deve ter contado com a participação dos segmentos mais pobres da população.

É mais coerente vincular a queda da fecundidade brasileira ao modo pelo qual o aprofundamento das relações capitalistas em nosso País vem criando as condições favoráveis ao surgimento de famílias menores a nível das camadas mais pobres de nossa população. Neste sentido, teriam destaque como determinantes dessa queda a intensificação dos processos de assalariamento e proletarianização da força de trabalho e de monetização das relações sociais. Isto estaria suscitando alterações nos padrões da economia doméstica e da organização familiar, determinando a geração de novas estratégias de sobrevivência que não privilegiam a manutenção dos anteriores padrões reprodutivos dessas famílias, baseados que eram na divisão do trabalho e em economias de escala a nível familiar. A queda do salário real da classe trabalhadora, ensejada tanto pela política governamental como pela elevação nos preços relativos de itens essenciais ao orçamento familiar, como alimentação, também estaria provocando efeito semelhante. ⁵

Cabe aqui reconhecer que, a um nível mais imediato, a queda na fecundidade brasileira somente poderia se materializar através de condições bem objetivas atuantes como catalisadores destes fatores sócio-econômicos. De fato, no plano daqueles fatores que atuam como determinantes próximos de inibição da fecundidade natural (as chamadas "variáveis intermediárias"), destaca-se a importância da maior disponibilidade, acesso e difusão de práticas e meios efetivos de anticoncepção. A propósito, parece oportuno referir aqui algumas evidências e conclusões contidas em estudo de Merrick & Berquó que vêm em suporte à interpretação explicitada anteriormente. Após destacarem a importância que o estudo das chamadas "variáveis intermediárias" assume para a interpretação da queda da fecundidade em nosso País, os autores acentuam: a) que nem a idade média ao casar, nem a idade média do primeiro filho, nem a duração do aleitamento materno contribuíram significativamente para o acelerado declínio da fecundidade ocorrido no Brasil durante a primeira metade dos anos setenta; b) que o declínio da fecundidade marital (uniões formais e informais) teria sido o principal componente da queda da fecundidade brasileira durante esse período, cujo determinante mais imediato teria consistido no crescente controle da fecundidade conjugal via métodos planejados (dramático crescimento da produção e distribuição de "pílulas") mas também mediante recurso à esterilização e, possivelmente, aborto; c) pela difusão desse controle às mulheres das camadas de baixa renda, particularmente nas regiões de renda mais elevada e nos Estados onde se estabeleceram programas comunitários de planejamento familiar. ⁶

Portanto, parece importante sintetizar, a esta altura:

— que o enfoque da modernização é insuficiente para juntar e integrar todas essas ocorrências num todo coerente de explicação do decréscimo da fecundidade em nosso País;

— que a queda da fecundidade nos estratos mais pobres estaria resultando mais da adoção de uma estratégia “compulsória” de sobrevivência a nível familiar, concretizada não só através de meios “planejados” de redução da família, mas também pelo recurso às chamadas “soluções drásticas” (aborto e esterilização).

No que concerne à necessidade de atuar sobre a fecundidade a prazo mais imediato — uma das recomendações do Banco — entende-se que o aumento da oferta de informações e de facilidades de acesso aos serviços de planejamento familiar constituem estímulos à materialização da livre escolha dos padrões de reprodução que convém a cada casal ou indivíduo, como direito fundamental e inalienável de cada um. Há uma diferença enorme entre este argumento e aqueles que, responsabilizando os pobres pela própria pobreza, são com frequência invocados para tentar justificar a necessidade e a adoção de controle da natalidade em nosso País. Enquanto o objetivo do planejamento familiar é beneficiar o indivíduo e o casal, no controle da natalidade definem-se objetivos e benefícios a nível da coletividade, de futuro da nação, de “país grande” etc. Tais definições são tomadas de cima para baixo, freqüentemente fugindo à via democrática. Por isto, de um ponto de vista ético, não resta dúvida que se deveria oferecer condições para que o planejamento familiar se tomasse cada vez mais um ato volitivo, consciente, extensivo a todas as camadas da sociedade, inclusive através de meios que fugissem às soluções “drásticas” que tanto violentam a consciência. À luz deste objetivo, seria imprescindível que se estabelecessem prioridades no sentido de aliviar o “garrote” imposto à classe trabalhadora pela deterioração das suas condições de vida, a fim de permitir que a mesma pudesse efetiva e “livremente” exercer, em toda a plenitude, o direito de planejar a sua família.

Entretanto, um País com a diversidade e complexidade do nosso não se pode ater exclusivamente a objetivo tão modesto em matéria de política demográfica. Pensar em uma política demográfica para este País neste momento requer algo bem mais abrangente e complexo, que extrapola a mera preocupação com respeito à interação entre taxas de mortalidade e de natalidade. De um lado, como acentuam Martine & Camargo,⁷ não existem tamanhos ótimos de população, nem ritmos ideais de crescimento demográfico fora do contexto da articulação de fatores tais como espaço, recursos e tecnologia. O ritmo e o tamanho populacionais são adequados em função da organização das atividades econômicas e, inclusive, da distribuição territorial da população. De outro lado, em termos bem objetivos, cabe considerar que, mesmo prevalecendo a hipótese de persistência de um rápido declínio da fecundidade — como parece vir acontecendo — ainda assim a população brasileira deverá aumentar em mais uns 50 milhões de habitantes até o ano 2000.⁸ É um volume considerável de população adicional que se terá de fazer sobreviver, educar e empregar até lá. Esta é uma realidade da qual não se pode fugir, nem tergiversar.

Portanto, a questão populacional neste País deveria ser tratada com maior profundidade. Reconhece-se a necessidade de avaliar o impacto do crescimento populacional sobre o desenvolvimento em suas diversas facetas. Contudo, teme-se que dificilmente as políticas disto decorrentes venham a passar do mero estágio de planejamento familiar. Mais transcendentais a nível de política seriam

esforços no sentido de formular, numa visão integrada a uma política de emprego e de melhoria das condições sócio-econômicas da população, a orientação que se deverá imprimir doravante ao nosso desenvolvimento econômico e à própria organização da população sobre o espaço, levando em conta não só o incremento populacional mas também os recursos, as tecnologias disponíveis e as formas de organização do processo produtivo.

Cabe, finalmente, ainda em relação com a questão demográfica, algumas indagações a respeito da afirmação contidas no "Informe" de que o crescimento rápido da população exacerba as dificuldades de eleger entre um maior consumo agora e o investimento necessário para um maior consumo futuro: a um nível dado da produção por trabalhador, uma maior quantidade de dependentes aumenta o consumo e diminui a poupança (p. 8, 9, 94, 95).

A respeito do argumento, cabem algumas indagações: (i) será que, ao se assinalar esta associação entre a poupança e o consumo não se está caindo no erro da extrapolar para a sociedade em seu conjunto relações e situações que são válidas apenas a nível individual? (ii) se é válido afirmar-se que individualmente ou na unidade familiar a realização de investimento exige a limitação do consumo e a formação de um excedente prévio, será que a nível da sociedade não é imprescindível um consumo crescente para que sejam criadas condições de investimento, sendo este último a base para a aplicação produtiva da poupança? (iii) não significa esse argumento adotado pelo Banco Mundial a reedição do conceito de poupança prévia como pré-condição para a expansão econômica, sepultado por Keynes há 50 anos atrás?

De fato, a respeito deste último item, Keynes, ele mesmo um dos responsáveis pela criação do Banco Mundial, já assinalava na sua obra mais conhecida o equívoco daquela relação ao afirmar, de forma muito clara: "Toda tentativa de poupar mais, reduzindo o consumo, age de tal modo sobre as rendas que, necessariamente, anula a si mesma".⁹

ECONOMIA E DÍVIDA EXTERNA

O segundo e terceiro recados do "Informe" do Banco Mundial dizem respeito, respectivamente, ao crescimento ou ajustamento da economia à crise e à dívida externa dos países atrasados.

No que se refere ao ajustamento à crise e às saídas, o que está explícito em linhas gerais é o seguinte (p. 35 e 36 do Informe): (i) os países subdesenvolvidos devem esperar e tirar proveito do crescimento das economias mais industrializadas; (ii) devem promover ajustes externos para restabelecer seus balanços de pagamento, o que tem como contrapartida direta um ajuste interno que se traduz na redução do gasto real em relação ao produto (redução do déficit público, aumento da tributação, etc.); (iii) para que não sejam tão dolorosos esses ajustes, que têm levado à redução do produto e do emprego, os países devem transformar a produção em exportação e em uma "eficaz substituição de importação".¹⁰

Com relação ao endividamento externo, os pontos principais do "Informe" são: (i) para o Estado devedor, o serviço da dívida é questão de vontade política e o rigor dessa vontade depende do custo de exercê-la (p. 49); (ii) a perspectiva, a longo prazo, de receber correntes de capital que não sejam suficientes para cobrir os pagamentos a título de juros, combinada com o lento ingresso das exportações (sobretudo na hipótese de expansão menor das economias centrais), supõe que o atendimento do serviço da dívida tem um alto custo econômico e, portanto, político; em razão disso, as perspectivas a longo prazo da economia mundial e, em consequência, as correntes de capital dependem, em grande medida, de estabelecer e manter relações de cooperação e não de confronto a respeito do problema da dívida (p. 49 e 9); ¹¹ (iii) no curto prazo, tendo em conta os efeitos da recessão e o incremento da dívida, os devedores devem demonstrar que estão dispostos a pagar os juros com seus próprios recursos; (iv) a melhor maneira de fazer os ajustes teria sido combinar as reduções dos gastos com políticas encaminhadas a reorientar as exportações e a "substituição eficiente das importações"; infelizmente muitos dos principais devedores se viram em dificuldades precisamente porque não existiam essas condições, pois estavam com taxas de câmbio valorizadas, produtos protegidos, indústrias exportadoras atrasadas, etc. (p. 50). ¹²

Algumas considerações devem ser feitas em relação a essas receitas. No que se refere à proposta de "crescimento extrovertido" ou aquilo que no fundo significa a reedição do "modelo" exportador de crescimento, não há dúvida que ela serve mais aos banqueiros credores, do que aos países devedores. A experiência histórica dos países subdesenvolvidos tem mostrado, com toda clareza, os problemas econômicos e sociais desse estilo de crescimento. Com relação aos aspectos externos, deve-se lembrar o seguinte:

- a) a extrema dependência e vulnerabilidade da dinâmica das economias subdesenvolvidas à demanda externa, vinculada aos produtos para os quais tais países estão capacitados a competir no mercado internacional;
- b) tal instabilidade diz respeito aos volumes demandados, sujeitos não só ao protecionismo dos países compradores, mas a mudanças tecnológicas e de gosto dos consumidores e à extrema competitividade do comércio internacional, ao lado de alterações políticas que redefinem os acordos comerciais;
- c) instabilidade quanto aos preços, com deterioração dos termos de intercâmbio ou redução absoluta dos preços que implicam não só um redobrado esforço dos países subdesenvolvidos para manter o mesmo patamar de receitas, mas implica transferência real de recursos, via relação de troca para os países centrais. ¹³

Além disso, internamente, essa orientação pode implicar uma deterioração das condições de vida pela concentração da capacidade produtiva, dos recursos públicos (via incentivos para exportação, sobretudo) e dos meios de produção para a exportação, em detrimento do abastecimento e da produção de bens essenciais ao consumo local, como seguidamente vem acontecendo no Brasil.

Convém notar que é questionável não só este desenvolvimento voltado para o exterior como o atrelamento à dinâmica dos países centrais. Este último, por duas razões: (i) não necessariamente a expansão dos países centrais se reflete com a mesma intensidade nos países “periféricos”; além disto, em países como o Brasil, que estão longe de ser o que se denomina plataforma de exportação, dificilmente poderiam ser dinamizadas toda sua estrutura produtiva e sua complexa economia, montadas nas últimas décadas para o atendimento do mercado interno, a partir da dinamização do seu segmento voltado para a exportação; (ii) por outro lado, como se verá adiante, somente com base em uma concepção simplista da crise atual, como resultante de acontecimentos episódicos ou erros de política econômica, ou seja, como uma crise conjuntural análoga à de 1974/75, pode-se entender que a partir do próximo ano as economias centrais entrem num longo período de expansão regular e contínua.

No que se refere à dívida externa, as próprias informações disponíveis no relatório são suficientes para mostrar a precariedade das soluções propostas. Na verdade, se as condições mais favoráveis ocorrem, os países subdesenvolvidos, em 1995, vão-se encontrar na mesma situação, em termos de dívida externa, de hoje. De fato, se as economias centrais crescem de acordo com a hipótese mais alta; ¹⁴ se este crescimento “puxa” a expansão dos países atrasados; se os países devedores se comportam bem e de acordo com o figurino do Banco Mundial e do FMI; se a crise, de acordo com o “Informe”, não exige nenhum ajustamento estrutural mais profundo, daqui a 11 anos os países subdesenvolvidos vão-se encontrar na seguinte condição (p. 42 e 43):

- a) devendo 915 bilhões de dólares em 1995, em lugar dos 592 bilhões em 1983;
- b) com uma dívida pendente e desembolsada, representando 22% do PIB, comparativamente aos 27% do ano passado;
- c) ou, ainda, com uma dívida pendente e desembolsada, representando 80% das exportações em 1995, em lugar de 121% em 1983.

Isto significa que os países subdesenvolvidos, decorridos 10 anos de ajustamento às condições sugeridas, isto é, de atrelamento do seu dinamismo ao dos países centrais, de reorientação de suas economias para o comércio exterior, de transferência de recursos reais para os bancos internacionais, continuariam com o mesmo grau de vulnerabilidade e dependência vivido presentemente.

Em todas essas questões, um ponto que deve ser considerado em relação ao Brasil é que, dada a elasticidade do emprego (relação entre o crescimento do produto e o emprego), para cada 1% de crescimento da ocupação é necessária uma expansão de 3,3% da economia. ¹⁵ Isto significa que qualquer crescimento menor do que 7,5%, considerando-se que a força de trabalho se expanda, como na última década, a 2,3% ao ano (o Banco estima, para 1980/2000, cerca de 2,6%), implica, no caso brasileiro, acúmulo anual de mais desempregados à massa de milhões já existentes presentemente.

É evidente que se está considerando a permanência do padrão tecnológico da década passada, sem levar em conta as ondas prováveis de inovação que, sobretudo à base da microeletrônica, poderão mudar, consideravelmente e para pior, os dados da questão.

Não resta dúvida que a efetiva solução para os problemas brasileiros e o dos países subdesenvolvidos em geral não passa nem pelo "crescimento extrovertido", nem pelo atrelamento puro e simples à dinâmica dos países centrais, nem pelo "ajuste" passivo às pretensões da comunidade financeira internacional. ¹⁶

A CONCEPÇÃO DA CRISE ATUAL

Para uma apreciação melhor das proposições do relatório do Banco é necessário o exame da sua concepção a respeito da crise atualmente vivida pela economia mundial. Isto é da maior relevância para as projeções e cenários propostos, uma vez que se admite que, na "hipótese baixa", os países centrais deverão crescer, no período 1985-95, a 2,5% ao ano e os subdesenvolvidos a 4,7%; e, na "hipótese alta", os primeiros a 4,3% e os segundos a 5,5% ao ano.

Segundo a interpretação do Banco, as causas próximas da crise foram, de um lado, o aumento dos preços do petróleo em 1979 e, de outro, as políticas desinflacionárias dos Governos da maioria dos países industriais depois de 1980. Assinala, no entanto, que a necessidade de reduzir a inflação, com a gravidade da recessão que daí resultou, deve ser entendida como a manifestação de uma deterioração de longo prazo da atuação econômica dos países industrializados (p. 13).

Tal deterioração pode ser explicada em parte pelas decisões políticas do passado e pelas condições econômicas e sociais básicas (p. 13). No que se refere às políticas econômicas, o "Informe" chama a atenção para (i) a crescente rigidez do mercado de trabalho e para a forte pressão altista daí resultante sobre os salários reais; (ii) o crescimento e as características do gasto público, a tributação e o *deficit* fiscal: "os vínculos entre estes elementos estão na raiz dos problemas da inflação, desemprego e lento crescimento da economia. Os aumentos do preço do petróleo em 1973/74 e 1979/80 agravaram estas dificuldades e exigiram ajustes que os países industriais acharam difícil concretizar eficazmente" (p. 14).

São esses os elementos que estão no centro da explicação dos problemas surgidos, ¹⁷ notadamente a inflação, o desemprego, a redução dos lucros e um protecionismo generalizado. Face a esses problemas — agravados pela alta do petróleo que reduziu os salários reais, atuou no sentido do uso de procedimentos menos intensivos em capital e energia, acelerou o desuso de parte importante de equipamentos que exigiram maior proteção governamental — foram estabelecidas políticas antiinflacionárias, como parte da orientação de vários governos para escapar ao "círculo vicioso da rigidez do mercado de trabalho, a inflação, a instabilidade macroeconômica e o lento crescimento" (p. 21). Não obstante alguns resultados parciais obtidos, tais políticas implicaram aumento dos juros, tiveram efeitos adversos para o comércio e sistema de intercâmbio mundiais, criaram problemas graves para o sistema financeiro internacional, com repercussões desastrosas sobre os países subdesenvolvidos que obtiveram substanciais empréstimos na década de setenta.

Embora não se possa negar que muitas das questões levantadas constituam elementos importantes na explicação da crise atual, não se pode deixar de constatar que, na visão do Banco, há uma ausência total de interpretação coerente

te e articulada da crise. Esta, antes de mais nada, é por ele entendida como um somatório de acontecimentos que convergiram, acidentalmente, para desacelerar a economia mundial e repercutiram desfavoravelmente sobre a situação social de todos os países, a partir sobretudo da presente década.

Questões insistentemente levantadas por outros intérpretes da crise, destacando sobretudo a sua profundidade e a sua natureza estrutural, não são sequer mencionadas. Assim ocorre com as considerações feitas a respeito da perda de hegemonia da economia americana, da qual vem decorrendo a deterioração de todo o conjunto de controle e de instrumentos reguladores das relações internacionais; ou ainda no que se refere à transnacionalização de significativos segmentos da economia dos países industrializados, com repercussões sobre os países atrasados inclusive, da qual decorre o dismantelamento dos instrumentos de política econômica dos Estados nacionais. Agregue-se a isso o significado, a dimensão e a ausência de controle de um sistema financeiro internacional que desestabiliza as políticas econômicas nacionais e desequilibra as relações comerciais e financeiras entre os países. 18

Alguns autores agregam a essa interpretação a concepção da presente crise como crise do processo de trabalho, ao considerarem que os métodos presentes de extorsão do sobretabalho (métodos taylorianos e fordianos) encontraram seus limites, e as novas soluções postas em prática não conseguiram superar o impasse, uma vez que os processos e inovações adotadas, se possibilitaram um aumento da produção, originaram uma redução do lucro, gerando uma situação de superacumulação de capital. 19

Essas discussões não têm a finalidade meramente acadêmica de disputa de escolas ou de doutrinas econômicas, mas objetivam chamar a atenção para aspectos que estão sendo levantados a respeito da crise, cuja solução está exigindo transformações profundas na organização atual dos países, nos processos de trabalho, no sistema financeiro, nas relações internacionais que seguramente demandarão tempo. Se é assim, as hipóteses adotadas pelo Banco, de crescimento regular e acelerado das economias dos países centrais e subdesenvolvidos a partir de 1985, estarão comprometidos pelo fato de basearem-se em uma visão da crise atual como resultante de meros desequilíbrios causados por medidas de políticas econômicas equivocadas ou acontecimentos cujos efeitos negativos já teriam sido superados ou absorvidos pelas economias. Assim sendo, propor ajustamento ou atrelamento das economias subdesenvolvidas a uma dinâmica dos países industrializados sustentada em bases tão frágeis, seguramente é uma proposta que pode comprometer tecnicamente qualquer instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos aspectos demográficos, boa parte da argumentação contida no relatório do Banco Mundial centra-se: a) na necessidade de serem criadas condições para o desenvolvimento econômico mediante redução dos obstáculos demográficos; b) na tese de o crescimento demográfico já constituir, em muitos

países, uma ameaça ante o precário equilíbrio existente entre recursos naturais e população.

Com relação ao primeiro destes argumentos, o pressuposto é que a expansão da renda *per capita* constitui a solução para a pobreza. Omitem-se maiores e cruciais considerações e recomendações no que diz respeito às relações sociais de produção, as formas de apropriação dos resultados do desenvolvimento econômico, enfim, ao modo de organização da sociedade. Destarte, mesmo autolimitando-se a falar ou a propor medidas apenas em relação a planejamento familiar (e não ao controle da natalidade), no fundo, as propostas do Banco Mundial são quando menos, ambíguas, parecendo tratarem-se mais de simples mudança de rótulo.

No tocante à precariedade do equilíbrio existente entre recursos naturais e população, não obstante toda a sua como que autocrítica pela catastrófica visão neomalthusiana que tanto contribuiu para divulgar (p. 212), o Banco não parece ter modificado substancialmente seu posicionamento ante a questão. Mesmo sem se levar em conta a importância relativa de vários dos exemplos (leia-se países) que são repetida e exaustivamente mencionados no "Informe", o novo argumento assemelha-se a uma reedição modificada (e talvez mais radical) da visão de Malthus. Só que agora a restrição imposta pelo crescimento da produção de alimentos em progressão aritmética é substituída por uma disponibilidade de recursos naturais fixa, sem maiores considerações à evolução do progresso técnico-científico e às possibilidades que o mesmo enseja à ampliação e à utilização desses recursos pela população.

Com relação às propostas de crescimento para economias subdesenvolvidas, nas quais se enfatiza o seu atrelamento à economia industrializada — definidas as prioridades na exportação como base da expansão futura e nos ajustes internos visando a reduzir os gastos reais — existem questões e dúvidas que não são consideradas pelo Banco. De fato, nada garante que ao crescimento dos países industrializados corresponda uma expansão equivalente dos países subdesenvolvidos. Além disto, a experiência destes últimos com um estilo de desenvolvimento sustentado no setor externo, dadas a vulnerabilidade e instabilidade da sua dinâmica, tem mostrado que não é esse o caminho a seguir. Agregue-se a isto o fato de que a previsão de retomada do crescimento das economias centrais tem por base uma interpretação muito simplista da crise atualmente vivida pelo capitalismo.

Finalmente, as próprias projeções do Banco Mundial referentes à dívida externa dos países subdesenvolvidos são suficientes para mostrar que, mesmo seguindo as determinações de "ajustamento passivo" sugeridas no "Informe", o ano de 1995 irá encontrar os países atrasados praticamente com o mesmo grau de dependência e vulnerabilidade que, hoje, eles já possuem.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Banco Mundial, *Informe sobre el desarrollo mundial 1984*, Washington D.C., Banco Mundial, 1984.
- 2 MARTINE, George e CAMARGO, Liscio. *Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*, texto para discussão nº 05/82, Versão Revisada 1983, Brasília, IPLAN/CNRH, 1983.
- 3 O Nordeste apresentou um decréscimo na sua Taxa de Fecundidade Total de 19%, entre os intervalos 1960/70 e 1970/80 (a nível urbano, 27% e, a nível rural, 19%. Ver, a propósito, Fundação Joaquim Nabuco. *O comportamento provável da oferta de força de trabalho no Brasil*, Relatório Preliminar de Pesquisa, Recife, 1984 (inédito).
- 4 MARTINE e CAMARGO, *op. cit.*
- 5 Ver, a propósito, CARVALHO, José Alberto Magno et alii, *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidência e interpretação*, CEDEPLAR/UFMG, monografia nº 12, outubro 1981.
- 6 MERRICK, Thomas W. e BERQUÓ, Elza. *The determinants of Brazil's recent, rapid decline in fertility*, Committee on Population and Demography Report, nº 23, National Academy Press, Washington, 1983.
- 7 MARTINE, George & CAMARGO, Liscio, *op. cit.*
- 8 Adota-se aqui uma hipótese de fecundidade baixa, isto é, que ocorrerá uma queda acentuada no nível da fecundidade até o ano 2000, queda esta de tal ordem que, no período 1995-2000, tal nível se situará em torno de 2,5 filhos por mulher, sendo bem aproximado do chamado nível de reposição (o qual ocorre quando a taxa líquida de reprodução atinge o valor 1). A taxa líquida de reposição representa a média de filhas tidas por mulher ao final do seu período reprodutivo, descontados os efeitos da mortalidade. Ver, a propósito, Fundação Joaquim Nabuco, *op. cit.*
- 9 KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 66.
- 10 A expressão "eficaz substituição de importações" é freqüentemente referida, sem receber um tratamento detalhado de procedimentos a serem adotados, a exemplo do que é feito com a proposta de desenvolvimento através das exportações.
- 11 Para bom entendedor, isto seguramente significa um não ao cartel dos devedores e às ameaças de moratória.

- 12 Trata-se, sem dúvida, de modo extremamente eufemista de referir-se aos desastres econômicos citados por Sachs, quando indaga: “Por quantos desastres econômicos — como os do Chile, Argentina e Brasil — e revoltas de fome — como as que ensangüentaram a Turquia e o Marrocos — os países do Terceiro Mundo ainda deverão passar, antes que o FMI se confesse culpado? “Sachs, Inacy”, *Internacionalização da Economia ou Desenvolvimento Endógeno: Os lances da crise no Brasil*, in *Revista de Economia Política* v. 4, n. 3, julho/setembro de 1984.
- 13 Segundo SACHS, Inacy, em trabalho já citado, em 1983 eram 37% mais baixos os termos de intercâmbio em relação a 1977.
- 14 O “Informe”, no seu capítulo 3 (Perspectiva de Crescimento Sustentado), elabora para 1985/95 duas hipóteses. Na denominada hipótese alta, o PIB dos países industriais cresce 4,3% ao ano nos 10 anos considerados, o que, segundo a idéia de “atrelamento” adotada, implica um crescimento de 5,5% para os países subdesenvolvidos, que terão suas exportações incrementadas a um ritmo de 6,4% ao ano.
- 15 Válido para a década de 70.
- 16 Do informe econômico do Jornal do Brasil de 19.8.84: “Um estudo da UNCTAD, conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas. . . sugere a revisão do sistema econômico mundial. De acordo com os técnicos do organismo, a crise dos países em desenvolvimento, limitados pelos compromissos junto ao sistema financeiro internacional, dificilmente será superada sem a definição de novo esquema de pagamento e comércio... Segundo os técnicos da UNCTAD, as regras do jogo estabelecidas por organismos como o Banco Mundial, FMI, GATT, isoladamente, só fizeram com que a crise da economia mundial fosse sentida mais duramente pelos países em desenvolvimento. . . Embora tenham acumulado superávits (em boa medida pela redução de importações), viram também cair os preços dos seus produtos mais tradicionais. Mesmo os efeitos de uma retomada do crescimento dos Estados Unidos, transmitido aos países em desenvolvimento através de maior comércio, foi, ao fim de contas, moderadamente positivo, enquanto o efeito transmitido através do sistema financeiro (que aumentou a taxa de juros) foi decididamente negativo”.
- 17 Segundo o “Informe”: “As pressões no mercado de trabalho e as finanças públicas dos países industriais contribuíram para os quatro problemas importantes desde o fim do decênio de 1960: a inflação, o desemprego, a redução dos lucros e o protecionismo geral”. (p. 18).
- 18 Para um exame da outra interpretação da crise ver: Furtado, Celso “A crise da economia capitalista”, *Revista de Economia Política*, v. 3, nº 2, abril-junho/1983. S. Paulo; Tavares, Maria da Conceição, “A crise financeira

global”, *Revista de Economia Política*, v. 3, nº 2, abril-junho/1983; Furtado, Celso, “Crise e transformação na economia mundial”, *Estudos Econômicos*, v. 14, nº 1, 1984; Benakouche, Rabah, *Inflação e crise na economia mundial*, Vozes, Petrópolis, 1981; Mandel, Ernest, *La depression du capitalisme tardif*, (mimeo.) trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Política Econômica, 12/17 agosto de 1984, Rio.

19 Benakouche, Rabah, *op. cit.*, págs. 105 e 106.

BIBLIOGRAFIA

- 1 BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial, 1984*. Washington, DC, Banco Mundial, 1984.
- 2 BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Os formigões”. *Revista Senhor*, nº 189, 31.10.84, São Paulo, Editora Três, pág. 39.
- 3 BENAKOUCHE, Rabah. *Inflação e crise na economia mundial*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- 4 CARVALHO, José Alberto Magno et alii. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidência e interpretação*. CEDEPLAR (UFMG), monografia 12, mimeo., outubro 1981.
- 5 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *O comportamento provável da oferta de força de trabalho no Brasil*, Relatório Preliminar de Pesquisa, Recife, 1984 (inédito).
- 6 FURTADO, Celso. “A crise da economia capitalista”. *Revista de Economia Política*, v. 4, nº 3, jul./set. 1984.
- 7 ----- . “Crise e transformação na economia mundial”. *Estudos Econômicos*, v. 14, nº 1, 1984.
- 8 KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- 9 MANDEL, Ernest. *La depression du capitalisme tardif*, documento apresentado no I Congresso Internacional de Política Econômica, 12/17 de agosto de 1984, Rio, mimeo.

- 10 MARTINE, George & CAMARGO, Liscio. *Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*. Texto para discussão nº 05/82, versão revisada 1983. Brasília, IPLAN/CNRH, 1983.
- 11 MERRICK, Thomas & BERQUÓ, Elza. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Committee on Population and Demography, Report nº 23, National Academy Press, Washington, 1983.
- 12 SACHS, Inacy. "Internacionalização da economia ou desenvolvimento endógeno. Os lances da crise no Brasil". *Revista de Economia Política*, v. 4, nº 3, jul./set. 1984,
- 13 TAVARES, Maria da Conceição. "A crise financeira global". *Revista de Economia Política*, v. 3, nº 2, abr./jun. 1983.